

Centro Histórico

7. Proposta de classificação da Casa com Torre situada na Rua D. Paio Mendes n.ºs 2 a 10, da União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) como Monumento de Interesse Municipal.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta (decisão final) de classificação como Monumento de Interesse Municipal da Casa com Torre, situada na Rua D. Paio Mendes n.ºs 2 a 10, da União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Processo: 2023/450.20.505/1

Local da obra: Rua D. Paio Mendes n.ºs. 2 a 10, da União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)

Assunto: Classificação de Casa com Torre da Rua D. Paio Mendes n.ºs. 2 a 10, da União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) como de monumento de interesse municipal.

N.º Informação: 41398

Técnico responsável:

Data: 18/05/2023

1. Através da publicação do edital n.º ED/165/2014 da Câmara Municipal de Braga, com data de 30 de julho de 2014, foi determinada a abertura de procedimento de **Classificação como Monumento de Interesse Municipal da Casa com Torre, sita na Rua D. Paio Mendes n.ºs. 2 a 10, da União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade);**
2. Na sequência da proposta referida no ponto anterior, verificou-se que o processo de classificação, não foi devidamente conduzido, não tendo sido concluído nem feita a comunicação à DRCN/DSBC, conforme referido no n.º 2 do Art.º 94 da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, conjugado com o disposto no Art.º 61 do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro;
3. No sentido de se concluir o processo de classificação do monumento acima referido, abriu-se um novo processo, tendo-se efetuado a comunicação à DRCN/DSBC para esta se pronunciar nos termos dos citados diplomas;
4. Na sequência da comunicação referida no ponto anterior e decorrido o prazo de 45 dias, fixado nos termos do disposto no n.º. 3 do Art.º 94º da Lei n.º. 107/2001 de 8 de setembro, a DRCN não se pronunciou, pelo que o processo poderá seguir os trâmites legais;
5. Assim, estão reunidas as condições para nos termos do disposto no n.º. 3 do Art.º 29º da Lei n.º. 107/2001 de 8 de setembro, proferir a decisão final relativa à classificação como Monumento de Interesse Municipal, **da Casa com Torre, sita na Rua D. Paio Mendes n.ºs. 2 a 10, da União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), deste concelho;**
6. Após aprovação final deverá proceder-se à publicação de Edital, dando cumprimento ao disposto no Art.º 29º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, assim como a publicitação da decisão no Diário da República conforme disposto no Art.º 57º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro e nos termos do Art.º 56º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
7. De seguida deverá comunicar-se à DRCN conforme disposto no Art.º 61º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro;
8. Posteriormente deverá publicar-se o edital, nos lugares de estilo, no Diário da República e proceder-se à sua divulgação no Portal do Município (DISIQ).
9. Após a publicação e divulgação referida no ponto 7, deverá voltar à DCHPA.

PEDIDO DE PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS / IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL

No âmbito das competências atribuídas pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alínea m) do n.º 2 do artigo 64º, compete à Câmara Municipal a classificação de bens imóveis como de Interesse Municipal de acordo com o previsto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, n.º 6 do artigo 15º. Assim e, segundo o que determina a referida lei consideram-se bens de interesse municipal *“os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante”* para o Município.

Sendo preocupação do Município de Braga, através do Pelouro **Regeneração Urbana, Património, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo** toda e qualquer medida que vise a proteção e valorização do Património Cultural do Concelho propõe, nesse sentido, a classificação de **Bem Cultural de Interesse Municipal** (segundo a graduação e interesse definida no n.º 1 do art.º 3º do Decreto de Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro), do **Casa com Torre sita na Rua D. Paio Mendes**, números 2 a 10, localizado na Sé e pertencente à União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade). Trata-se de um edifício onde na fachada podemos observar a conjugação de múltiplos elementos de cantaria de granito, a decoração de matriz vegetalista, o assobradado da fachada principal que lhe confere uma característica particular; a torre que se encontra adossada à fachada posterior (junto à fachada lateral direita); a cornija e a platibanda em balaustrada que rematam o edifício são elementos que lhe conferem particularidade arquitetónica, bem como, elegância e beleza.

Trata-se de um património edificado com um reconhecido valor próprio, devendo por isso ser considerado como de interesse relevante para a permanência e identidade do património cultural arquitetónico do Município e, assim sendo, digno de ser preservado, mantendo as suas características arquitetónicas originais. A

classificação do imóvel constituir-se-á como um instrumento base de suporte à sua proteção e valorização.

É desta necessidade de classificar para proteger e valorizar que resulta o requerimento deste pedido de classificação.

Estando o imóvel inserido em pleno centro histórico da cidade, abrangido pela ZEP da Sé de Braga e, obedecendo às normas estabelecidas pelo *Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga*, publicado em Diário da República, 2ª Série, n.º 89 de 8 de maio de 2012 faz, por isso, todo o sentido que este imóvel seja classificado como de interesse municipal.

Os critérios adotados e que sustentam o pedido de classificação do Imóvel foram influenciados pelos pressupostos definidos na legislação nacional sobre a matéria - artigo 17.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro- nomeadamente:

- O carácter matricial do bem;
- O interesse do bem como testemunho artístico e cultural;
- O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- A conceção arquitetónica e urbanística;
- As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

O imóvel, de cujo pedido se remete, integra-se na categoria de Monumento, uma vez que se define enquanto imóvel cujo “valor patrimonial reside no imóvel em si mesmo” no entanto, importa também a sua classificação e respetiva proteção dada à sua localização ou da relação com o meio envolvente que é o Centro Histórico.

Este pedido de classificação visa, ainda, constituir-se como uma forma de pressionar o seu proprietário a avançar com obras de requalificação, nomeadamente ao nível da cobertura e janelas e, assim, assegurar a integridade futura do imóvel.

A classificação deverá, por isso, servir para consciencializar o proprietário da sua responsabilidade na preservação do imóvel ou em situações extremas recorrer a medidas coercivas (existem na lei dispositivos que se podem acionar para que seja salvaguardado o interesse do imóvel).

O modelo de requerimento que segue em anexo ao pedido obedece às normas estabelecidas pelos Despacho n.º 7931/2010, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 87 de 5 de maio, com as devidas adaptações.

Para finalizar este pequeno texto justificativo do pedido de classificação importa reter uma ideia chave. O património local do qual todos os bracarenses são herdeiros reveste-se de uma importância fundamental na construção de uma memória coletiva das comunidades e do qual todos somos responsáveis pela sua proteção e preservação. Aliás, a necessidade de preservar o património, nomeadamente com a promoção da proteção dos monumentos é uma ideia que ficou consagrada com a Carta de Atenas em 1931 e logo depois transporta para a legislação portuguesa com o Decreto n.º 20:985 de 7 de março de 1932.

ANEXO I

A – REQUERIMENTO INICIAL DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS / IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL

* Campos de preenchimento obrigatório

1. IDENTIFICAÇÃO *

1.1. Património Arquitetónico ☒ Património Arqueológico ☐ Património Misto ☐

1.2. Designação / Nome: **Casa na Rua D. Paio Mendes**

1.3. Local / Endereço: **Rua D. Paio Mendes, número 2 - 10**

Localidade: **Sé**

Freguesia: **União de Freguesias Sé, Maximinos e Cividade**

Concelho: **Braga**

Distrito: **Braga**

2. CARATERIZAÇÃO

2.1. Função Original: **Habitacional**

2.2. Função Atual: **Sem Uso**

2.3. Enquadramento: **Urbano. Localizado na junção de duas ruas no centro histórico (Rua D. Paio Mendes e Rua Frei Caetano Brandão); está a menos de 50m da Sé de Braga.**

2.4. Descrição Geral: **Imóvel com torre na fachada posterior (lateral direita) e rematado por platibanda em balaustrada (na fachada principal) e platibanda fechada intercalada com balaustrada (na fachada lateral direita); é delimitado, ao nível inferior por embasamento e superior por cornija reta; composto por 2 pisos e assobradado; dividido em 3 panos, tanto na fachada principal, como na fachada lateral direita e delimitados por pilastras; na fachada principal o pano central é mais estreito que os panos laterais. O piso inferior é composto, na fachada principal, por uma porta central com moldura em arco de volta perfeita e nos panos laterais tem uma porta retangular e uma janela de avental em cada um dos panos, com molduras.**

O piso superior é rasgado por 5 janelas de sacada com guarda em ferro (uma central e mais uma de cada um dos lados). Por cima da janela central está um sobrado de formato retangular, moldurado, rematado por frontão triangular e janela circular com moldura estilizada em relevo, rematada em laçaria na parte central superior. A fachada lateral direita é também dividida em 3 panos, sendo que o pano central é mais largo e mais saliente, delimitados por pilastras e rematado por frontão triangular. O piso inferior da fachada lateral é composto por 3 portas (2 laterais e 1 no extremo sul) e por uma janela, todas com moldura em arco de volta perfeita. O piso superior é rasgado por 4 janelas de planta retangular de sacada (2 no pano central e 1 em cada um dos panos laterais) com guarda em ferro, com moldura e decoração de matriz vegetalista na parte superior central. As janelas do pano central são rematadas em arco de volta perfeita.

Ao nível da fachada lateral direita erguem-se dois sobrados, com cobertura em telhado de 2 águas.

2.5. Estado de Conservação:

	MB	B	R	M	R
Paredes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pavimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

MB – Muito Bom; B – Bom; R – Razoável; M – Mau; R – Ruína

2.6. Materiais: **Granito, madeira, ferro, telha cerâmica**

2.7. Categoria: **Monumento**

2.8. Tipologia: **Arquitetura Civil / Casa**

3. SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE (obrigatório apenas quando o proponente for o proprietário)

3.1. Propriedade: **Privada** 3.2. Proprietário: _____

4. OUTRAS PROTEÇÕES (caso existam)

4.1. Classificação

4.2. ZEP: **Imóvel abrangido pela ZEP da Sé de Braga**

4.3. Instrumentos de gestão territorial (Dec. - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Dec. - Lei n.º 310/03, de 10 de dezembro): **Uma vez que está localizado no centro histórico de Braga, qualquer intervenção tem que ser feita obedecendo às normas estabelecidas pelo Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga, publicado em Diário da República, 2ª Série, n.º 89 de 8 de maio de 2012.**

5. CARATERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARTÍSTICA

5.1. Época de Construção: **Século XX (inícios – data provável da construção) - verificar**

5.2. Síntese Histórica: **Seguem, em anexo, algumas referências histórica da rua onde se insere o imóvel (anexo 3).**

6. ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS E FOTOGRÁFICOS (anexos) *

6.1. Documentação fotográfica:

Interior ☐ Exterior ☒ Envolvente ☒

6.2. Referências Cartográficas: **Latitude - 41°32'58.38"N**

Longitude - 8°25'42-12"W

7. OBSERVAÇÕES

Não foi possível observar o interior do imóvel

8. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE *

8.1. Proponente: **Câmara Municipal de Braga**

Contacto: **Praça do Município**

8.2. Preenchido por: **Divisão de Planeamento Urbanístico** Data: **julho de 2014**

Anexo 2

B - Documentação Fotográfica

Fachada principal





Pormenor do sobradado na
fachada principal

Torre na fachada posterior (Fachada
lateral direita)

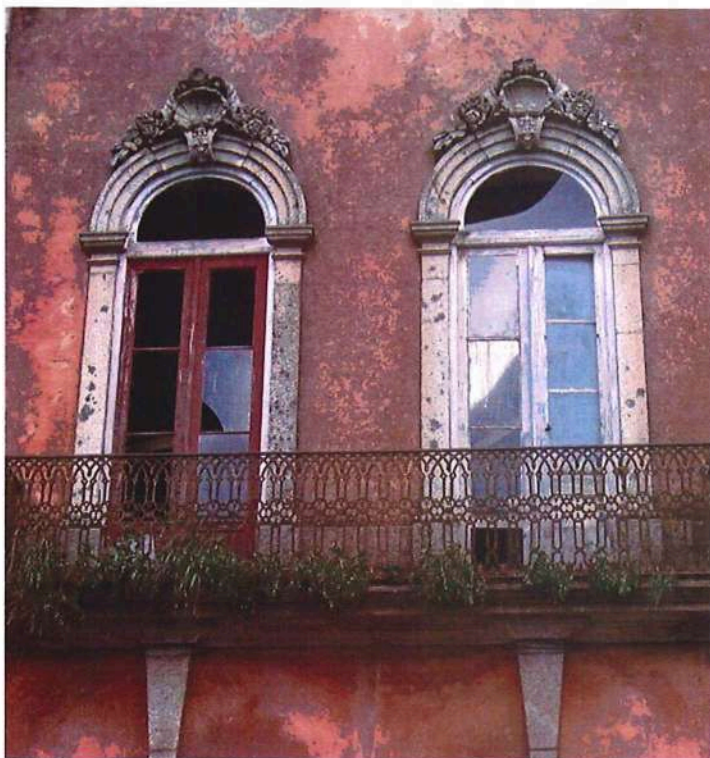


Fachada lateral
direita



Junção da fachada lateral direita
com a fachada principal





Pormenor das janelas (fachada lateral direita)

Pormenor da janela de sacada (fachada lateral direita)



Zona envolvente



Localização do imóvel



Imagem de satélite



Referências históricas sobre a Rua D. Paio Mendes

MAPPA DE DAS RUAS BRAGA

4 — PRAÇA DO PÃO

Pequena praça em frente à fachada da Sé, que ao longo dos séculos foi tendo uma vida e importância diferentes, mas sempre descendente.

Aberta talvez no séc. XV, resultou da destruição da rua dos Açougues, pequena artéria que então ligava as actuais rua D. Gonçalo Pereira e D. Gualdim Pais. Nessa data instalou-se nela a Praça do Pão. No tempo de D. Diogo de Sousa construiu-se, no ângulo que esta praça faz com a rua de Maximinos, o novo edifício da Câmara Municipal, que seria destruído nos inícios do séc. XIX (No Mappa está na rua de D. Gualdim).

A partir de meados do séc. XVIII, com a mudança da vida comercial para a rua do Souto e zona exterior da porta que tem o mesmo nome, com a erecção da ala barroca do Palácio dos Arcebispos e, defrontando-a, com o novo edifício da Câmara (1755), a praça do Pão irá perdendo toda a sua importância comercial e política.

Em 1868 foi projectado o alargamento da rua de Maximinos, que rapidamente foi levado a cabo, recebendo a nova rua a largura total da praça do Pão. A partir daí deixou de fazer sentido a existência de duas artérias diferentes, sendo este largo integrado na nova rua que, desde 26/11/1925, se passou a chamar rua D. Paio Mendes.

Hoje ainda se conservam algumas das casas existentes no Mappa. Mas as mais interessantes, as dos prazos 4-6 e 13-14 já desapareceram.

Das 5 casas do lado Norte e 9 do lado Sul eram prazos do Cabido 4 e 9, respectivamente.



22 — RUA DE MAXIMINOS

Bastante larga para a época em que foi construída, ligava a praça do Pão com a Porta de Maximinos ou de Nossa Senhora da Ajuda, onde houve um altar com esta invocação e com confraria existente desde 1613, pelo menos.

Decalcando uma rua da cidade romana, a rua de Maximinos foi durante a Idade Média, o mais importante local de comércio da cidade de Braga.

Local de residência dos burgueses, que certamente faziam o seu comércio no piso térreo das casas que habitavam, recebeu deles a sua designação. Com o avançar dos tempos e a transferência do comércio para a rua do Souto, mudou o seu nome para o de Maximinos, apropriando-se do topónimo que pertencia à artéria por onde se prolongava.

Em 1868 foi alargada a toda a extensão da fachada da Sé e praça do Pão e englobou-as. Essa acção de «modernização» fora já preparada com demolição da Torre de Nossa Senhora da Ajuda, em 1826.

Após essas obras, traçadas com base na linha de fachadas do lado Norte, todas as casas do lado oposto foram destruídas, não restando hoje nenhuma.

Em 1750, conservava ainda bastantes edifícios de raiz medieval. No lado Sul há duas casas notáveis de grandes dimensões (prazos 3, 4, 5 e 8), ostentando uma delas uma pedra de armas. Mas muito mais interessante é o ritmo dos alçados, quase todos de três pisos (com dois sobrados) e dois vãos, janelas bracarense simples ou protegidas por gelosias e, sobretudo, grandes aberturas no piso térreo, em toda a largura da fachada, a permitir a existência de uma ampla sala para o comércio, que em 1750 lhe devia andar arredio.

Algumas modernizações se notam; mas são apenas aplicações de varandas ou molduras de pedra em portas ou janelas, que em nada tocaram na estrutura, mesmo exterior, dos edifícios.

Das 20 casas do lado Norte e 16 do Sul, são prazos do Cabido 14 e 13, respectivamente.

Desde 1925 que esta rua se designa por D. Paio Mendes, em homenagem à acção dos Arcebispos na independência e formação de Portugal.



Denominação - CASA COM TORRE SITA NA RUA D.PAIO MENDES N.º2 A 10

Local - RUA D.PAIO MENDES N.º2 A 10

Freguesia - União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade

 - Imóvel a Classificar

Fevereiro 2023

0  20m

